

BREVE PANORAMA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS EUROPEIAS: DOS SISTEMAS BISMARCKIANOS AO SISTEMA DELCASSÉ*

Josemar Machado de Oliveira**

Resumo: Este texto é uma análise do papel da Alemanha unificada no sistema de relações internacionais europeu entre 1871 e 1914. Portanto, é a análise de como esse sistema foi moldado no que ficou conhecido como “sistema bismarckiano”, isto é, em um sistema de relações internacionais desenhado por Bismarck. Partimos da origem desse processo que acontece com a unificação e concluímos com a emergência da *Weltpolitik*, durante a Alemanha Guilhermina, e do “sistema Delcassé”.

Palavras-chave: Relações internacionais; Bismarck; Sistema Delcassé.

Abstract: This paper is an analysis of the unified Germany's role in European international relations system between 1871 and 1914. Therefore, it is the analysis of how this system was cast in what became known as “Bismarckian system”, that is, in a system international relations designed by Bismarck. We start from the origin of this process that happens with the unification and concluded with the emergence of *Weltpolitik*, during Germany Wilhelmina, and the “Delcassé system”.

Keywords: International Relations. Bismarck; Delcassé system.

269

* Artigo submetido à avaliação em 15 de maio de 2016 e aprovado para publicação em 20 de maio de 2016.

** Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2005). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: josemarmachado@yahoo.com.br.

O equilíbrio das potências europeias viu-se profundamente modificado com o advento do estado nacional alemão em 1871. A partir de então a Alemanha passou a ser a potência continental dominante, fazendo com que pela primeira vez, em séculos, a França perdesse a primazia que exercia no continente. Contudo, o processo de unificação da Alemanha, que tinha percorrido uma inevitável política de guerra, desembocou após a unificação em um sistema de relações internacionais apoiado na defesa do congelamento do *status quo* que cada país europeu apresentava em 1871 e, contrariamente aquele processo, em uma política que acabou mantendo a paz entre as grandes potências.

Esse sistema de relações foi apelidado de “sistema bismarckiano”, na medida em que o *chanceler de ferro* foi seu idealizador e teve fim na década de 1890, justamente quando Bismarck saiu da chancelaria. Ao mesmo tempo, durante a Alemanha Guilhermina,¹ o equilíbrio das potências europeias, construído ao longo dos dezenove anos em que Bismarck foi chanceler do reich, começou a modificar-se com o desejo alemão de tornar-se uma potência global, a chamada *Weltpolitik*. Como resultado dessa mudança de equilíbrio emergiu um novo sistema de relações internacionais, o “sistema Delcassé”.

A seguir faremos uma análise de alguns aspectos da história das relações internacionais europeias entre 1870 e 1914, concentrando-se na questão central desse período – a preponderância alemã sobre o sistema das relações internacionais europeias. E vamos começar do começo, discutindo primeiro a unidade alemã.

270

1.

Assim, foi no contexto do Congresso de Viena (1814-15) que adquiriu, pela primeira vez, “importância internacional o problema da unidade alemã” (BERGERON, 1976, p. 194). Portanto, desse Congresso até a Revolução de 1848 desenvolveu-se entre os povos dos trinta e nove Estados alemães que restaram dos mais de trezentos que existiam antes das Guerras Napoleônicas um desejo crescente de criar um estado nacional unificado. No contexto dos acontecimentos de 1848 emergiram pelo menos dois projetos – que, como afirma Robert Kann, “[...] estiveram adormecidos desde 1815, e voltaram à vida então [...]” (KANN, 1974, p. 256). O primeiro defendia uma “pequena Alemanha” (*kleindeutsch*), formação de um estado nacional alemão, tendo Berlim como seu centro, deixando a Áustria de fora e com a conseqüente supremacia prussiana. O segundo pretendia levar a cabo uma “grande Alemanha” (*grossdeutsch*),

¹ Período da história alemã que tem início com a ascensão de Guilherme II ao trono alemão.

tendo, por sua vez, Viena como seu centro e incluindo todos os integrantes da Confederação Germânica.

Na época do Congresso, a Áustria sobressaía entre os estados alemães reunidos na Confederação Germânica, instituição criada por aquele Congresso. Nesse organismo de 39 membros, a monarquia do Danúbio tinha a função de presidente permanente. A opção por uma grande Alemanha parecia ter mais chances de ser bem-sucedida dada à supremacia austríaca dentro da Confederação. Contudo, se a Prússia não tinha condições de levar adiante seu próprio projeto, era forte o suficiente para neutralizar as pretensões do império austríaco. Por outro lado, a opção por uma “pequena Alemanha” passava necessariamente por um maior fortalecimento prussiano.

Assim, esse fortalecimento prussiano teve início bem antes do aparecimento do movimento “pequena Alemanha” em 1848 e teve que seguir um caminho particular, o *Zollverein* (a União Aduaneira), que permitiria o fortalecimento de cada um dos seus membros e a construção de uma unidade de interesses que começava pelo econômico, mas também se espalhava para o político. Sobretudo porque, desde o princípio, os estados que constituíram o *Zollverein* conseguiram impedir que a Áustria dela participasse.

Os primeiros passos dessa União Aduaneira datam de 1818, quando foi estabelecido um sistema de tarifa uniforme nos territórios prussianos, “[...] o primeiro sistema de tarifa em toda a Europa” (TAYLOR, 1962, p. 61). Em 1828, um acordo com o principado de Hesse, permitiu à Prússia ligar seus territórios orientais aos ocidentais. Mas o verdadeiro ano da fundação da União Aduaneira alemã foi 1834, já que nesse ano o *Zollverein* foi ampliado e se criou um “mercado comum” centro-alemão, quando Baden e Württemberg se juntaram à Prússia.

Mas a verdadeira prova de fogo para a tentativa de criar um estado nacional alemão aconteceu em 1848. Durante a Revolução que teve início nesse ano, a classe média alemã – nesse “ano do liberalismo alemão”, segundo a sentença de A. J. P. Taylor (TAYLOR, 1961, p. 65 e *passim*) – fez uma tentativa de unificar a Alemanha. Tal tentativa passou pelas eleições de maio de 1848 e à reunião do Parlamento de Frankfurt neste mesmo mês. Como mencionado acima, os grupos políticos que se constituíram nesse Parlamento se alinharam a volta de dois projetos, uma “grande Alemanha” e uma “pequena Alemanha”. Como afirma David Blackbourn,

Os primeiros reuniam católicos, conservadores, austríacos e alemães do sul, com membros da esquerda os quais buscavam uma unidade alemã mais ampla. Era uma coalizão negativa [...] mantinha-se unida apenas pela comum hostilidade para com uma Alemanha sob dominação prussiana (1998, p. 159).

Por outro lado, os últimos defendiam uma “pequena Alemanha”, “com sua força entre os alemães do norte, protestantes e moderados, olhando para a Prússia como a

mais progressista das duas potências em questões como a economia, comunicações e educação” (BLACKBOURN, 1998, p. 159).

Contudo, essa tentativa soçobrou, já no ano seguinte, diante da pressão austríaca e da dos outros estados alemães. Mas também teve um papel importante no fracasso da Revolução o fato de que a “classe média liberal” ter preferido apoiar a dinastia hohenzollern, na medida em que ficou “petrificado pela emergência da multidão como o aprendiz de feiticeiro revolucionário” (KOCH, 1978, p. 237). Foi mais um caso nessa *primavera dos povos* em que o medo da revolução social levou a burguesia a preferir a ordem à implementação de seu programa completo (HOBSBAWM, 1996, p. 41), o qual implicava, no caso da burguesia alemã, além de reunir em suas mãos o poder político e o poder sócio-econômico, a unidade nacional.

Daí por diante a classe média alemã iria chegar a um estágio em que ela obteria “[...] todas as clássicas demandas liberais – administração moderna, liberdade de empresa, educação secular – com a condição de que não insistisse em ocupar cargos, menos ainda o poder no estado” (TAYLOR, 1961, p. 120). Era transformar “derrota política numa vitória econômica” (KOCH, 1978, p. 241). E tal ‘vitória econômica’ seria garantida justamente pelo aprofundamento do *Zollverein* que tanto mais foi acelerado quanto o estado prussiano e outros estados alemães o usaram como diversionismo do projeto político-liberal da burguesia.²

272

O fracasso da burguesia alemã não impediu que Frederico Guilherme IV (1795-1861) tivesse veleidades de conseguir a unidade alemã ainda no contexto da Revolução de 1848. Isso se deu no momento em que a monarquia danubiana ainda não tinha se desembaraçado das tentativas revolucionárias dos húngaros e italianos e teve que concordar com um “intervalo do poder central alemão no qual Áustria e Prússia eram igualmente representados” (KANN, 1998, p. 261). Assim, se o rei da Prússia rejeitou e obstaculizou a via revolucionária,³ uma via mais conservadora seria outra coisa, isto é, se Frederico Guilherme recusou, em abril de 1849, o oferecimento pelo Parlamento Nacional em Frankfurt da coroa imperial, diferente seria se a oferta fosse feita pelos

² “Os príncipes, em outras palavras, reverteram suas posições e na verdade favoreceram uniões tarifárias como o único meio de retomar a classe média do jacobinismo, e essas uniões, longe de visar uma Alemanha unida, foram criadas com o deliberado objetivo de fazer uma Alemanha unificada desnecessária” (TAYLOR, 1961, p. 62). Blackbourn faz uma análise diferente. Segundo ele, é “importante reconhecer que a união aduaneira foi um produto da divisão geográfica e dos interesses fiscais prussianos, não uma parte de um programa ‘alemão’ de longo prazo” (BLACKBOURN, 1998, p. 96).

³ Quando o presidente do Parlamento de Frankfurt, Heinrich von Gagern, procurou Frederico Guilherme IV em Potsdam, em novembro de 1848, este último “stated that the acceptance of such honor [a coroa imperial] without the agreement of the princes in Germany would be a revolutionary action; he refused to recognize the principle of popular sovereignty”. Em abril de 1849, quando uma delegação do Parlamento de Frankfurt foi lhe comunicar a decisão deste Parlamento em elegê-lo imperador, ele se recusou novamente a aceitar esse título e com a mesma desculpa (KOCH, 1978, p. 238-39).

príncipes alemães. Portanto, o rei da Prússia tentou conseguir a condição de monarca de uma Alemanha unida desde que assim o quisessem os outros príncipes alemães.

Tal projeto levou ao *Unionsparlament* em Erfurt, na Turíngia, uma associação defensiva dos príncipes alemães sob a proteção da Prússia, no momento em que a Áustria ainda se via às voltas com a Revolução em seus territórios e esses príncipes dependiam da Prússia para manter a ordem em seus reinos (TAYLOR, 1967, p. 27). Esta União, uma federação, nos contornos do projeto pequena Alemanha, previa um parlamento que seria eleito por meio de um sufrágio restrito e submetia suas forças armadas ao controle da Prússia. O parlamento da União de Erfurt se reuniu em março e abril de 1850. Mas isso foi prontamente bloqueado pela Áustria, quando essa se viu livre das ameaças revolucionárias. A começar pela revivescência da Dieta da antiga Confederação Germânica por imposição austríaca.

O pretexto para a intervenção da Áustria na União de Erfurt ocorreu quando o Eleitor de Hesse se viu com problemas internos e pediu ajuda à Confederação. Viena prontamente mobilizou tropas para ajudar Hesse, e a Prússia, com importantes interesses nesse Estado, respondeu também mobilizando suas tropas. Mas os prussianos logo perceberam que seu exército não estava preparado para a Guerra (TAYLOR, 1967, p. 29). Em novembro de 1850, Felix Schwarzenberg (1800-1852) – o novo ministro das relações exteriores da Áustria, que substituíra Clemens von Metternich (1773-1859) – convocou Otto Von Manteuffel (1805-1882), seu homólogo prussiano, para uma entrevista e impôs aos prussianos o fim da União de Erfurt e a aceitação do *status quo* de 1815, isto é, a restauração da Confederação Germânica. Tal episódio acabou ficando conhecido como a “humilhação de Olmütz” (hoje Olomouc/República Tcheca), local do encontro dos dois ministros.⁴

Dessa forma, no começo da década de 1850, tanto o rei da Prússia quanto a burguesia alemã tinham fracassado em suas tentativas de criar o estado nacional alemão. Mais do que nunca o fortalecimento passava pela via econômica que a União Aduaneira propiciava, antes de um possível novo confronto político com a Áustria.

Mas os liberais não arredaram pé, apesar de tudo. Foi uma nova ameaça liberal que fez com que Guilherme I, que assumiu o trono, em 1861, no lugar do seu irmão Frederico Guilherme IV, chamasse ao seu ministério Otto Eduard Leopold von Bismarck (1815-1898) em 1862, considerado então um poderoso opositor das idéias desse grupo. A questão foi a recusa do Parlamento prussiano, dominado pelos liberais, em aceitar a reforma do exército, a qual implicava que o exército territorial (*Landwehr*), composto pelos soldados de reserva, também sofresse uma reforma, tornando-se mais

⁴ Na opinião de David Blackburn, “Olmütz foi apenas uma trégua no conflito entre os dois maiores Estados alemães” (BLACKBOURN, 1998, p. 236).

dependente do exército e perdendo seu caráter democrático, haja vista que, diferente do exército nacional prussiano, a maioria do seu oficialato vinha da classe média. Foi nesse contexto que Guilherme I foi convencido a colocar Bismarck na chancelaria.

Assim, esse prussiano das margens do Elba, nascido em 1815, assumiu a chancelaria de sua pátria quando o fortalecimento do *Zollverein* ia de vento em popa. Era chegada hora, portanto, de fazer novamente a opção política da unidade alemã, e a opção política implicava necessariamente estar preparado para a guerra, já que, como dizia Clausewitz, a guerra é a continuação da política com o emprego de outros meios (CLAUSEWITZ, 1996, p. 870). Como o próprio chanceler de ferro tornou célebre, essa seria uma política de sangue e ferro.⁵

Foram três as guerras que a Prússia enfrentou entre 1864 e 1870.

A primeira delas foi a chamada Guerra dos Ducados. Envolveu a Prússia e a Áustria, de um lado, e a Dinamarca, do outro. O pivô desse conflito foram os ducados de Holstein, Schleswig e o pequeno Lauenburg. Esses ducados, apesar da forte presença de uma população de fala alemã e em um deles, o Holstein, ter mesmo uma maioria alemã, estavam sob o controle da monarquia dinamarquesa desde o século XV. Mas na condição de domínio pessoal do rei da Dinamarca, isto é, o rei tinha o título de duque desses territórios e eles não integravam formalmente a Dinamarca.

Contudo, a morte do rei Frederico VII (1808-1863) extinguiu a linha masculina da dinastia dinamarquesa⁶ e o desejo dinamarquês – tanto dos liberais, no poder a partir de 1863, quanto de forma relutante do novo rei Cristiano IX (1818-1906) – de incorporar definitivamente os ducados ao seu território, deu margem a que os estados alemães tivessem o seu *casus belli* para entrar em guerra contra a Dinamarca. Coligadas, Áustria e Prússia, não tiveram dificuldades em derrotar os dinamarqueses, mais ainda pelo fato de que as outras potências não fizeram nenhum esforço para ajudar esses últimos.⁷ Na primeira parte da guerra, que se passou no começo de 1864, seu desenlace já tinha sido definido favoravelmente aos prussianos e austríacos. Após um período de trégua e de negociações, a guerra foi retomada no segundo semestre, tendo por resultado a anexação dos ducados pelas duas potências.

Dificuldades surgiram entre os dois vencedores para definir a parte de cada um no controle dos territórios anexados. Em 1865, pela Convenção de Gastein, chegou-

⁵ “As grandes questões do dia não serão resolvidas por resoluções e maioria de votos – este foi o erro dos homens de 1848 e 1849 – mas por sangue e ferro” (apud TAYLOR, 1967, p. 100-101).

⁶ A suserania dos ducados estava submetida à lei sálica.

⁷ Como as potências tinham feito na primeira guerra do Schleswig (1848-51), quando pressionaram a Prússia para manter a integridade da Dinamarca. Mas, por sua vez, a Dinamarca, pelo acordo que pôs fim à guerra (1852), comprometia-se a não incorporar ao seu estado os ducados. Lord Palmeston, secretário do Foreign Office, chegou a comentar com ironia que apenas três pessoas entendiam a questão dos ducados: uma morrera, outra enlouquecera e a terceira, ele próprio, que esquecera.

se a um acordo para a divisão do seu controle. O Holstein ficou com a Áustria e o Schleswig e o Lauenburg com a Prússia.

Essas boas relações entre a Áustria e Prússia, com prova esse acordo, eram só aparentes, pois o verdadeiro problema que caracterizava as relações desses países, o desejo da Prússia de que a Áustria a reconhecesse como uma igual dentro da Confederação Germânica permanecia. Tal reivindicação foi desde sempre recusada pela Áustria e pelo imperador austríaco, Francisco José.

Assim, Bismarck se aproveitou de desentendimentos com a Áustria na administração dos ducados – entre eles, o início da transformação do porto de Kiel como uma base naval prussiana, lembremos que Kiel ficava no Holstein, região atribuída a Áustria – para que esse reconhecimento fosse obtido da única forma capaz de dobrar o imperador da Áustria, a guerra. Em 1866, iniciou-se, portanto, a Guerra Austro-Prussiana ou Guerra das Sete Semanas. Em 3 de julho, as tropas prussianas enfrentaram os exércitos de Francisco José em Sadowa (Königgrätz), conseguindo em tal localidade uma esmagadora vitória. Em sete semanas de guerra a Áustria estava derrotada e à beira do colapso. O que a salvou disso foi o estabelecimento do “compromisso” entre austríacos e os magiares, segundo grupo populacional em importância, finalizado em 1867, que transformou o império austríaco numa dupla monarquia, a Áustria-Hungria. Por esse compromisso a nação húngara possuiria instituições próprias e independentes de Viena, mas, quanto à política externa, ficava subordinada aos Habsburgos.

275

Por sua vez, a Confederação Germânica foi dissolvida e dividida em duas entidades. Os Estados ao norte do rio Meno reunidos na recém-criada Confederação da Alemanha do Norte, ficaram obviamente sob a hegemonia da Prússia, e os ao sul desse rio, criaram a Confederação da Alemanha do Sul, independente. A Confederação dominada pela Prússia ganhou um Parlamento eleito pelo voto universal.

A terceira guerra que levou à unidade nacional alemã foi a Guerra Franco-Prussiana, a maior e mais mortífera das três. Como aconteceu no caso dos ducados, a guerra contra a França teve por estopim um problema dinástico, a sucessão do trono da Espanha. Em 1868, a chamada “revolução gloriosa”, depôs a rainha desse país, Isabel II (1830-1904), e instaurou um governo provisório que, em seguida, cogitou restaurar a monarquia. Os membros do governo provisório pretenderam chamar ao trono Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen (1835-1905), príncipe aparentado da casa dos Hohenzollern, dinastia reinante na Prússia.

Situação de todo inaceitável para a França, que não admitiria ter em sua fronteira sul um aliado alemão e ficar assim cercado por alemães ao norte e seus aliados ao sul. Como afirma Pierre Milza,

[...] Napoleão III dificilmente poderia tolerar a chegada ao trono da Espanha de um membro da família reinante prussiana. O risco era muito grande de ver a França envolvida entre uma Alemanha em vias de se unificar e uma Espanha "germanizada" e aliada da Prússia (MILZA, 2006, p. 693).

Quanto a Bismarck, ele apoiou pessoalmente a candidatura de Leopoldo ao trono. Segundo A. J. P. Taylor, a razão para esse apoio residiria no desfavor com que o luterano Bismarck via o catolicismo e Leopoldo, apesar de católico, era um liberal, o que seria um golpe e tanto no clericalismo quanto no radicalismo republicano. Além disso, segundo o mesmo autor, "a candidatura de Leopoldo era uma precaução contra a projetada aliança franco-austríaca" (TAYLOR, 1967, p. 117-118). Mas a pressão de Napoleão III e a própria insatisfação de Guilherme I com a candidatura do príncipe da dinastia Hohenzollern-Sigmaringen ao trono espanhol, acabaram por forçar uma desistência dessa candidatura.

Contudo, em junho de 1870, o assunto voltou à tona, quando o embaixador espanhol em Berlim conseguiu uma resposta afirmativa para a possibilidade de Leopoldo aceitar a oferta espanhola. Houve novamente pressão francesa e outra vez resignação de Guilherme I e de Leopoldo. Mas dessa vez os franceses queriam mais. A concordância informal por parte dos alemães em retirar a candidatura não satisfez os franceses, estes exigiram um compromisso formal do rei da Prússia de que doravante não renovaria nunca mais a candidatura do seu parente. O rei da Prússia estava no balneário de Bad Ems, no dia 13 julho de 1870, quando teve um encontro, pela manhã, como o embaixador francês, Vincent Benedetti (1817-1900), que lhe comunicou as exigências francesas. Guilherme I rejeitou tais exigências, mas considerou o assunto encerrado, isto é, a Prússia não mais apoiaria a candidatura de Leopoldo (MILZA, 2006, p. 699). No dia seguinte, os dois homens, trocaram amistosos cumprimentos na partida de Guilherme I para Berlim.

Ainda no dia 13 de julho, Guilherme I telegrafou a Bismarck, dando conta do encontro com Benedetti (MILZA, 2006, p. 699). Quando Bismarck recebeu o despacho, decidiu imediatamente publicar seu conteúdo na imprensa, mas o abreviando de tal forma que parecia uma afronta aos franceses.⁸ No dia 14 de junho, tomou-se conhecimento do despacho em Paris, provocando o efeito esperado por Bismarck. No momento em que Napoleão III vivia um declínio pessoal e político, e que só uma guerra parecia garantir o futuro do Segundo Império, a afronta alemã veio a calhar e dar aos apoiadores do regime e aos nacionalistas de sempre a oportunidade desejada para ir à guerra. Portando, no dia 19 de julho, a guerra foi declarada aos prussianos.

⁸ Estes são os termos do despacho que Bismarck fez publicar na imprensa: "o embaixador francês pediu à Sua Majestade, o rei, que o autorizasse a telegrafar a Paris que Sua Majestade se comprometia sempre no futuro a não dar mais seu consentimento, se os Hohenzollern postulassem sua candidatura. Sua Majestade se recusou a receber mais uma vez o embaixador e mandou lhe dizer, por meio do ajudante de campo de serviço, que Sua Majestade não tinha mais nada a lhe comunicar" (*apud* MILZA, 2006, p. 699-700).

Os alemães reunidos em torno da Prússia, inclusive os da Alemanha do sul, responderam com um entusiasmo guerreiro que levou à derrota no mês de agosto dos exércitos franceses na região da fronteira e a seguir uma esmagadora invasão da França. No começo de setembro de 1870, a derrota na batalha de Sedan, tornou inevitável a vitória dos alemães e o domínio sobre a França. Faltava somente a rendição de Paris. Mas nesse meio tempo, Napoleão III tinha abdicado e em Paris tinha sido declarada a república, a chamada Terceira República.

Em 18 de janeiro de 1871, em pleno palácio dos espelhos de Versalhes, foi fundado o II reich, Guilherme I tornou-se Kaiser alemão. Como consequência da derrota, em Paris, ainda durante o cerco alemão, houve a formação da primeira experiência comunista da história, a chamada Comuna de Paris. Breve experiência, já que no mês de maio os comunardos, também chamados de federados, tinham sido esmagados, com um saldo de quase 20.000 execuções sumárias, que tornaram célebres os muros do cemitério Père Lachaise, onde muitas dessas execuções foram perpetradas.

Seguiu-se, portanto, o armistício e os acordos que puseram fim a guerra. A França teve que ceder a Alsácia-Lorena, pagar uma pesadíssima indenização de guerra e suportar a presença das tropas alemãs até que as cláusulas do acordo de paz (Tratado de Frankfurt) fossem cumpridas (1873). A França perdia, assim, a sua primazia no concerto europeu das nações e via a Alemanha unificada assumir a preponderância na Europa e mudar a configuração política desse continente.

2.

Essa nova Alemanha era uma construção política bastante original. O chamado sistema político prusso-alemão (BERGHAIN, 1973, p. 5 e *passim*) era uma estrutura constitucional que tinha por base o Reichstag, o parlamento nacional, eleito pelo sufrágio universal e um Bundesrat, o parlamento federal, composto pelos estados que integravam o II reich. Neste parlamento, a Prússia detinha o poder de veto, pois dispunha de dezessete votos e quatorze bastavam para vetar qualquer mudança constitucional. Contudo, havia enormes restrições ao funcionamento dessas instituições representativas, a começar pelo limitado poder que detinha o Reichstag, o qual não tinha o poder de propor leis. Havia também a situação do cargo de chanceler, cuja escolha e admissão cabia ao Kaiser, e sobre quem o Reichstag não exercia nenhum controle formal. Além disso, havia o caso particular do reino da Prússia, o qual tinha um estatuto em que ainda vigoravam as chamadas "classes", as quais eram na terminologia prussiana o que estados ou ordens eram no Antigo Regime francês, e o voto obedecendo a essas classes, como no Antigo Regime francês.

Todavia, o II reich buscou estabelecer uma nova relação com as potências europeias. O formato do sistema europeu de relações internacionais a partir da formação do Império Alemão foi, em muitos sentidos, o contrário do que Bismarck tinha perseguido desde a sua chegada à chancelaria prussiana em 1862. Se Bismarck tinha afirmado desde sua chegada ao poder, como vimos, que era preciso fazer uma política de “sangue e ferro” – o que certamente colocou a possibilidade do uso da força militar como uma estratégia do jogo diplomático – nos primeiros anos após a Guerra Franco-Prussiana sua preocupação voltou-se para a estabilidade interna da Alemanha unificada, ao mesmo tempo garantir que nada pudesse reverter essa unidade.

O meio para isto estava em congelar o *status quo* estabelecido na Europa depois daquela guerra. Portanto, ele passou a perseguir uma política em que ao fim e ao cabo fez prevalecer a paz, mesmo quando tudo parecia fazer pensar o contrário, como a crise da *guerra-à-vista* de 1875⁹. Assim, teve início os chamados “sistemas bismarckianos”. Como diz René Girault, “a ação do chanceler tinha sido ofensiva até 1871, agora cabia obter uma transformação radical das relações de força para a criação do império alemão”, mudança da política “de ferro e de sangue” para uma política defensiva e, portanto, pacifista (1997, p. 113).

O primeiro sistema bismarckiano identificou-se com a formação da liga dos três imperadores (*dreikaiserabkommen*), fruto da aproximação entre Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia. Portanto, reunia aqueles que na Europa tinham o título de imperador, o recém-criado Kaiser alemão (Guilherme I), o imperador da dupla monarquia (o eterno Francisco José) e o czar russo (Alexandre II). Os objetivos a serem alcançados por essa aliança, que revivia a antiga Santa Aliança do Congresso de Viena, eram múltiplos. Mas todos dependiam da idéia de manter o equilíbrio de poder congelando as posições geopolíticas dos estados europeus.

Do ponto-de-vista de Bismarck, de imediato, era necessário consolidar o recém reestabelecido Reich alemão. Para tanto, dependia buscar evitar a possibilidade da revanche francesa, o que poderia ser alcançado ao se isolar a França, impedindo-a de encontrar aliados nas potências européias, tais como a Rússia e a Áustria-Hungria. Bismarck afirmava claramente que “toda política se reduz essencialmente a esta fórmula: tentar ser um dos três, por tanto tempo quanto o mundo seja governado pelo instável equilíbrio de cinco grandes potências” (*apud* BARTLETT, 1996, p. 93). Ao mesmo tempo, essas potências europeias buscariam internacionalmente policiar e destruir os movimentos sociais da época da I internacional Socialista. Devemos lembrar

⁹ Diante da rápida recuperação da França após a Guerra Franco-Prussiana, recuperação esta que se manifestava numa célere política de rearmamento, Bismarck “inspirou” um artigo na imprensa alemã intitulado “guerra à vista?”. Houve uma clara cogitação de uma guerra preventiva contra a França. Porém, as outras potências forçaram Bismarck a mudar de ideia.

que Bismarck se viu envolvido internamente com o primeiro e mais poderoso partido socialista de então, o SPD (partido socialdemocrata), fundado em 1875. Para Bismarck, o “criticismo socialista da altamente estratificada ordem social industrial e da demanda aristocrática por autoridade política, combinada com simpatia por trabalhadores estrangeiros, colocava intoleráveis riscos para a unidade da nação e a estabilidade a longo prazo” (HODGE, 1998, p. 262-263).

Tal como se deu com a derrocada do “sistema Metternich”, o primeiro sistema bismarckiano enfrentou dificuldades quando uma grande crise explodiu no sudeste europeu, crise esta que há muito era esperada na Europa desde a Guerra da Criméia (TAYLOR, 1971, p. 228). Assim, essa nova crise balcânica modificou o sistema de relações internacionais estabelecido por Bismarck baseado na Liga dos Três Imperadores e o fez entrar em sua segunda fase.

Em 1875, o nacionalismo de sérvios, de montenegrinos e de búlgaros se reascendeu no momento em que o sultão turco-otomano decidiu aumentar seus recursos orçamentários, reforçando os impostos que recaíam sobre os cristãos. O império turco-otomano, que era chamado de “o homem doente da Europa”,¹⁰ entrou então numa nova crise.

Esses povos se revoltaram contra os turcos, a começar pelos búlgaros. Estes últimos, a partir de abril de 1876, desencadearam uma insurreição geral, que foi reprimida com rigor pelo exército turco, apoiado, inclusive, por suas tropas trazidas do Cáucaso e da Ásia. Os outros estados balcânicos, Sérvia e Montenegro, acabaram por também entrar em guerra contra o sultão, no fim de junho. As grandes potências se inquietaram com o que estava acontecendo nos Bálcãs, particularmente Rússia e Áustria, que tinham grandes interesses na área. Mas Bismarck rejeitou qualquer possibilidade de intervenção militar.

Contudo, os turcos caminhavam celeremente para a vitória, quando os russos resolveram intervir e para tanto começaram a se mobilizar. Por causa dessa mobilização, uma reunião das grandes potências foi chamada para Constantinopla em dezembro de 1876. Tal reunião acabou fracassando. Os russos, assim, viram-se livres para agir e declararam guerra ao Império Otomano em 24 de abril de 1877. Em junho os russos fracassaram em tomar a fortaleza de Plevna, a qual só caiu sob seu controle em dezembro. Quando isso aconteceu, ficaram perigosamente próximos de Constantinopla. Aos otomanos só restou pedir o armistício, em janeiro de 1878.

Diante da vitória russa, as potências europeias – que durante o desenrolar da guerra não tinham feito nenhuma intervenção, contentes que estavam com as

¹⁰ “Nesse contexto interior tão perturbado, a Turquia [...] faz figura na Europa do “homem doente”, do qual é preciso explorar os acessos de febre” (RUHLMANN, 1994, p. 261).

dificuldades russas (GIRAULT, 1997, p. 141) – alarmaram-se. Havia importantes interesses em jogo. Estavam ameaçados seus interesses financeiros no império otomano, caso, sobretudo, dos empréstimos da França¹¹ e da Inglaterra. E esta última, não aceitava de forma alguma a presença russa nos estreitos e em Constantinopla, o que a levou a deslocar uma frota naval para o Bósforo quando, ainda durante guerra, os russos se aproximaram da capital do Império Otomano. Mesmo Bismarck não podia ver com bons olhos o fortalecimento russo nos Bálcãs, apesar de que tal fortalecimento se fazia em detrimento dos otomanos, mas que ameaçava provocar um choque de interesses com a Áustria-Hungria, o que colocaria em perigo seu sistema de alianças.

Todavia, os russos foram com toda voracidade às negociações com o império otomano. Assim, de 12 de fevereiro a 3 de março de 1878 ocorreram as negociações de Santo Estevão, localidade próxima à Constantinopla. O tratado que ficou conhecido com o nome de “tratado de Santo Estevão” previa, entre outras coisas, a criação de uma grande Bulgária. Este novo estado “parecia planejado e destinado a se tornar um satélite russo” (BARTLETT, 1996, p. 104), o que provocou um descontentamento generalizado entre as outras potências. René Girault se pergunta se essas “[...] largas concessões dos negociadores otomanos não tinham por objetivo levar a uma reação das potências” (1997, p. 141-142). O fato é que estas últimas reagiram fortemente aos ganhos russos e forçaram a abertura de negociações sobre o tratado de Santo Estevão. Os russos – isolados internacionalmente, com a opinião pública interna horrorizada devido à corrupção praticada nos negócios da guerra e à beira da bancarrota – acabaram por aceitar negociar.

Tais negociações tiveram início com acordos bilaterais entre Rússia e Grã-Bretanha, de um lado, e Rússia e Austria-Hungria, do outro, e foram finalizados no Congresso de Berlim (13 de junho a 13 de julho de 1878). O Congresso de Berlim foi um indicativo do papel que a Alemanha tinha assumido durante o primeiro sistema bismarckiano, de um Estado que buscava negociar e manter a paz na Europa e que, portanto, poderia receber em casa um congresso das potências europeias e atuar como árbitro imparcial. Num discurso, feito em janeiro de 1878, Bismarck disse que oferecia seus serviços como um “honesto comerciante” (AFFLEBARCH, 2006, p. 530).¹²

Os acordos que saíram do Congresso de Berlim diminuíram em muito as conquistas russas obtidas com a vitória sobre os turcos, apesar de terem obtido a conquista de reivindicações territoriais importantes, a devolução da Bessarábia (atual Moldávia) e a ocupação de Batum (principal porto da Geórgia). O Congresso também

¹¹ Os franceses eram os principais financiadores do Império Turco. Detinham 40% dos papéis turcos (TAYLOR, 1971, p. 228, nota 3).

¹² Em alemão, *Ehrlicher makler*.

decidiu colocar a Bósnia-Herzegovina sob a administração da Áustria-Hungria. A Grande Bulgária, resultado do tratado de santo Estevão, a qual se estendia do mar Negro ao mar Egeu,¹³ teve sua parte sul, a Rumélia, mantida sob controle dos otomanos. A Romênia manteve a Dobrudja e a Grécia, participante do Congresso, obteve promessas sobre suas reivindicações. O que aconteceu em 1881, quando “as grandes potências sancionaram a anexação grega da Tessália e parte do sudeste do Épiro” (HALL, 2000, p. 3).

Contudo, uma nova direção da diplomacia alemã apareceu nesse Congresso. Bismarck se mostrou favorável aos empreendimentos coloniais franco-britânicos fora da Europa. Como nota Carl Cavanagh Hodge,

Bismarck via o colonialismo como um assunto para outras nações que redirecionariam bastante otimisticamente sua atenção e energias para longe de seus planos para a Europa onde a posição da Alemanha era — a despeito da força industrial e militar — inerentemente vulnerável. Esta atitude Bismarck resumiu celeberrimamente a um entusiasta colonial ao observar que “seu mapa da África é muito elegante, mas meu mapa da África é aqui na Europa. Aqui esta a Rússia e lá esta a França e nos estamos no meio” (2008, p. xlvi).

No caso particular da França, tal atitude era uma clara maneira de desviar a atenção da França do continente, logo do revanchismo. Desviar sobretudo as ambições da França para longe da “Alsácia e Lorena tanto quanto possível” (LERMAN, 2008, p. 29), empurrando os interesses franceses para o mundo não europeu e para a corrida imperialista (GIRAULT, 1997, p. 145). E também a expectativa secreta de que essas duas potências acabassem por entrar em conflito por causa das disputas por esses empreendimentos coloniais, o que não seria nada mau para os planos bismarckianos.¹⁴

281

3.

O Congresso de Berlim e as modificações que foram estabelecidas nas suas resoluções acabaram por colocar fim à primeira fase do sistema bismarckiano. Ia começar a segunda fase. Com as mesmas características conservadoras do “sistema dos três imperadores”, essa segunda fase sinalizava para uma Alemanha isenta de pretensões imperialistas,¹⁵ como foi dito acima, ao mesmo tempo em que estabelecia um rearranjo no sistema de alianças. O fundamento do segundo sistema eram três

¹³ A grande Bulgária – e mesmo a Bulgária sem a Rumélia – era virtualmente um estado vassalo russo. Daí a preocupação das grandes potências em retirar-lhe sua parte sul, evitando que os russos tivessem livre acesso às áreas estratégicas nos estreitos (KANN, 1974, p. 279).

¹⁴ Essa expectativa quase se concretizou em Fachoda. Ver infra, nota 20.

¹⁵ A partir da Conferência de Berlim, 1884-1885, isso se modificou. Bismarck começou a inserir a Alemanha na corrida imperial e obteve uma série de colônias.

tratados: a aliança dual austro-alemã, de 7 de outubro de 1879, o acordo secreto austro-germano-russo de 10 de junho de 1881 (*dreikaiserbund*) e a aliança secreta austro-germano-italiana de 20 de maio de 1882, apelidado de “Tríplice Aliança”.

A aliança renovada com a Áustria, em 1879, foi o mais lógico dos pilares do segundo sistema. A despeito de todas as diferenças que separaram esses dois estados no passado, desde a formação da Liga dos Três Imperadores essa aliança foi sempre privilegiada por Bismarck. Mais ainda agora que a Áustria ameaçava uma proximidade com a Grã-Bretanha. E num momento de protecionismo dos produtos cerealíferos alemães em detrimento particularmente dos russos, o chanceler de ferro também temeu uma aproximação entre esses últimos e os austríacos (GIRAULT, 1997, p. 154-155). Mas foi a ocupação da Bósnia-Herzegovina que tensionou ainda mais as relações austro-russas, tornando a Áustria-Hungria altamente dependente dos alemães (KANN, 1974, p. 280-281). Dessa forma, necessitada de uma aliança com Berlim, aliança que garantia o apoio mútuo em caso de guerra contra um terceiro país, tais como a França e a própria Rússia.

Mas sem dúvida a tarefa mais difícil para Bismarck era a reaproximação com a Rússia, essencial para o seu sistema de alianças. Combinar esse “namoro de porcos-espinhos” (BARTLETT, 1996, p. 110), como foi chamado a tentativa de manter aliados os três impérios com interesses muitas vezes díspares, acabava levando Bismarck inevitavelmente a agir de uma forma que era vista como escolhendo lados – “frequentemente em favor da Áustria em detrimento da relação russo-alemã” (SCHOWALTER, 2006, p. 526). Foi o que aconteceu durante a crise provocada pelo Tratado de Santo Estevão e durante Congresso de Berlim, quando a Rússia se sentiu abandonada pela Alemanha e houve, a partir daí, um inevitável afastamento.

O que veio ajudar a tarefa de Bismarck de retomar as ligações com o Império Russo foi um acontecimento fortuito: Alexandre II sucumbiria a um atentado terrorista em 13 de março de 1881. Seu sucessor, Alexandre III, colocou em segundo plano qualquer obstáculo que pudesse prejudicar uma aliança que tivesse por fundamento a luta contra o terrorismo e o socialismo. Assim, Bismarck conseguiu assinar um novo tratado com a Rússia pouco mais de dois meses após aquele atentado terrorista. Foi, portanto, com um apelo à ordem conservadora que Bismarck, logo depois da morte de Alexandre II, trouxe novamente a Rússia para um acordo (GIRAULT, 1997, p. 156).

Assim, Bismarck conseguiu minimizar as diferenças entre a Dúplice e a Rússia e firmar com ambos o acordo secreto de 10 de junho, um novo *dreikaiserbund*. Contudo, esse tratado expirou em 1887 e nessa altura era impossível conciliar novamente a Áustria-Hungria e a Rússia e renovar o *dreikaiserbund*. Bismarck buscou se assegurar ao menos com uma aliança exclusiva com a Rússia. Assim, nasceu o tratado germano-

russo de 18 de junho de 1887, chamado pelo próprio Bismarck de *tratado de resseguro*. Suas cláusulas secretas asseguravam a neutralidade dos dois países caso houvesse uma guerra com uma terceira potência e assegurava aos russos seus interesses nos Bálcãs.

Contudo, o elemento original do segundo sistema residia no tratado austro-germano-italiano, o qual permitiu a entrada da Itália no concerto das potências européias.¹⁶ Assim como Alemanha, a Itália tinha há pouco deixado de ser uma “expressão geográfica” na Europa e estabelecido sua unidade nacional. Ao estabelecer esse tratado com a Alemanha e a Áustria, a Itália estava ingressando no concerto das potências, o que não deixava de ser uma enorme conquista para esse jovem estado.¹⁷

4.

O segundo sistema bismarckiano chegou ao seu final quando, em 1890, Bismarck deixou a chancelaria. A saída de Bismarck começou a se desenhar dois anos antes com a morte de Guilherme I. Em 1888, *o ano dos três imperadores*, seu filho, Frederico III, reinou por poucos meses, sendo substituído no trono por seu neto, Guilherme II. Este novo monarca tinha sérias divergências com o chanceler de ferro. Além disso, Bismarck, nessa altura, ameahara opositores entre quase todos os setores da sociedade alemã (TAYLOR, 1962, p. 140-141). Outro fator importante foi a perda da maioria parlamentar no Reichstag nas eleições de fevereiro de 1890, as quais deram o controle do Parlamento aos socialistas, liberais de esquerda e católicos, aos “inimigos do Reich”, como Bismarck chamava esses partidos (CLARK, 2009, p. 62). Como afirma Christopher Clark, ter a maioria no Parlamento era um fator fundamental para que o chanceler pudesse ter uma posição de força em suas relações com o Imperador (2009, p. 43). Nessa atmosfera pesada, o chanceler de ferro não encontrou condições de se manter no cargo e acabou por ser demitido em março de 1890.¹⁸

O novo chanceler, Georg Leo Graf von Caprivi (1831–1899), procurou reorientar a política alemã numa linha mais democrática (TAYLOR, 1962, p. 141). No aspecto

¹⁶ Apesar de ser verdade a afirmação de Hobsbawm de que a Itália só era uma “grande nação” por cortesia internacional (HOBSBAWM, 1988, p. 433).

¹⁷ A Itália tinha conseguido, ao fim da década de 1850, dar início ao seu processo de unificação e a partir daí seguiu os passos da unificação alemã – ou, como afirma Hobsbawm, “[...] a revolução italiana viveu do tempo dos outros” – para completar essa unidade. Dessa forma, no momento da guerra da Prússia contra a Áustria, a Itália adquiriu a Veneza e durante a Guerra Franco-Prussiana, ocupou Roma que estava até então sob proteção das tropas de Napoleão III (HOBSBAWM, 1988, p. 34).

¹⁸ Alguns autores afirmam que o fator essencial da saída de Bismarck foi o “antagonismo” com o novo kaiser e a vontade deste de assumir um protagonismo nos assuntos do governo. Assim, Wolfgang Mommsen afirma que “a queda do fundador do império foi interpretada por todo mundo como a consequência de seu antagonismo pessoal com Guilherme II, que havia decidido tomar pessoalmente as rédeas do governo” (MOMMSEN, 1985, p. 109).

externo buscou uma aproximação com a França e a Inglaterra e se afastou da Rússia. Esse afastamento teve por consequência a não renovação do tratado de resseguro, o que permitiu à França se aproximar do Império Russo.¹⁹ Essa política de concessões liberais fracassou frente a cada vez mais resistente oposição do Kaiser e de seu círculo (MOMMSEN, 1985, p. 116). Em outubro de 1894, Caprivi foi demitido pelo Kaiser.

Seu substituto foi o idoso príncipe Chlodwig Karl Victor zu Hohenlohe-Schillingsfürst (1819-1901). Contudo, em 1897, foi nomeado secretário de estado do exterior Bernhard Heinrich Karl Martin von Bülow (1849–1929), o qual em pouco tempo reuniu em suas mãos, graças ao seu talento para agradar o Kaiser, todos os fios do poder (MOMMSEN, 1985, p. 116-117). Acabou por se tornar, em 1900, chanceler do Reich, ocupando o lugar do príncipe.

Mesmo antes de Von Bülow se tornar ministro teve início a chamada *Weltpolitik*, política mundial. A Alemanha a partir daí deixaria de se restringir às suas preocupações européias e passaria a buscar a construção de um império mundial, uma aspiração defendida nessa época por ninguém menos que Max Weber (BARTLETT, 1996, p. 126). Segundo Taylor, essa não foi uma política buscada deliberadamente, mas que a partir da sinergia de várias medidas, acabou por levar a identificar esta política com o desejo manifestado, pelo próprio von Bülow, de ter “um lugar ao sol” (TAYLOR, 1962, p. 148).

284 A *Weltpolitik* acabou sinalizando que não cabia mais à Alemanha o papel de “honest broker” e que ela tinha pretensões que fatalmente colocariam em risco interesses há muito consolidados de outras potências européias, e este era o caso particularmente da Inglaterra. Mas, no caso inglês, o que mais causava preocupação era a implantação de uma marinha de guerra alemã, passo necessário para qualquer potência que tivesse a pretensão de se tornar uma potência mundial.

Coube ao almirante Alfred von Tirpitz (1849-1930), que se tornou comandante da marinha imperial, a função de encabeçar esse projeto. Entre o fim da década 1890 e o começo do século XX, uma série de leis e aprovisionamentos de recursos foram consagradas ao desenvolvimento e construção dessa marinha, a qual colocava em xeque a preponderância marítima britânica e sobre o que ela repousava, o *two powers standard* (padrão duas potências), padrão este que se tornou uma política inglesa em 1889 (BARTLETT, 1996, p. 119). O poderio da marinha britânica deveria ter por essa política o tamanho da soma das duas maiores marinhas de guerra logo abaixo da inglesa,²⁰ ou seja, o objetivo inglês em termos navais era “ser mais forte que as duas

¹⁹ “Em 1890, o sucessor de Bismarck, Leo von Caprivi, permitiu que o Tratado de Resseguro expirasse. A França prontamente entrou em cena, oferecendo a São Petersburgo generosos empréstimos e subsídios para armamentos. O resultado foi a convenção militar franco-russa de 17 de agosto de 1892 e a mais ampla aliança de 1894, ambos as quais claramente viam a Alemanha como a futura inimiga” (CLARK, 2007, p. 377).

²⁰ Quando instituído pelos ingleses no final da década de 1880, a política do *two power standard* visava a Rússia e a

outras maiores marinhas combinadas” (HOBBSAWM, 1988, p. 441). A implementação do projeto naval alemão acabou alarmando a Inglaterra e conduzindo-a a um afastamento da Alemanha.

5.

Pari passu às mudanças na gestão da política externa do Reich, foi sendo construído um modelo antagônico, tendo na França sua idealizadora. A França, alijada das relações internacionais européias pelos sistemas bismarckianos, aproveitou a oportunidade da não renovação do Tratado de Resseguro pelos alemães para sair do seu isolamento por meio de uma aproximação com a Rússia. Em 1891, foi estabelecida a chamada Entente Dual (HOWARD, 2011, p. 32). A partir daí foi se estabelecendo uma política de aliança entre os dois países. Havia mais razões para o interesse da França nessa aproximação, além do desejo de sair do isolamento. Como o interesse em investir capitais no Império do czar, o qual dependia bastante desses capitais para alavancar sua infra-estrutura industrial, ao mesmo tempo em que tais empréstimos eram necessários para seus projetos militares.

Essa política ganhou um direcionamento mais acabado quando, em junho de 1898, Théophile Delcassé (1852-1923) tornou-se ministro do exterior da França. Iria ter início o chamado “sistema Delcassé”. Segundo Girault, o trabalho do chanceler francês se conduzia em três direções principais. Eram elas: o fortalecimento das ligações com o aliado russo, afastar a Itália da Tríplice e assegurar a amizade da Inglaterra (1997, p. 330).

Assim, Delcassé procurou dar continuidade ao fortalecimento da aproximação com a Rússia que tinha se iniciado desde o princípio da década de 1890. Tal aproximação acabou desembocando no acordo de agosto de 1899. Ainda no contexto das dissensões coloniais com a Inglaterra, o ministro francês conseguiu por esse acordo um comprometimento da Rússia em apoiar a França num possível conflito com os ingleses.²¹ Apesar de tal cláusula logo ficar envelhecida pelo acordo que ingleses e franceses fizeram a propósito justamente dessas diferenças coloniais, ele não deixou de ser um dos pilares do sistema Delcassé, pois estabeleceu uma aproximação definitiva entre Paris e São Petersburgo.

Talvez o maior feito de Delcassé tenha sido sua política de aproximação com a Inglaterra. Tal política desembocou na *Entente Cordiale* (entendimento cordial), que

França (BARTLETT, 1996, p. 119).

²¹ Não devemos nos esquecer que nesse mesmo momento (1898) aconteceu o *incidente de Fachoda*, cidade do Sudão, onde ingleses e franceses quase se confrontaram militarmente.

se baseava no regramento de suas diferenças coloniais, as quais foram acertadas no acordo colonial de abril de 1904.²²

Da mesma forma, Delcassé procurou se aproximar dos italianos com a intenção de afastá-los das potências centrais. Segundo Girault, para isso usou de “chantagem” (1997, p. 337). A França detinha sessenta por cento da dívida externa italiana e podia emprestar mais, desde que a Itália se afastasse de sua aliança com os alemães e os austríacos. Os italianos não chegaram a largar seus aliados da Tríplice, mas os franceses conseguiram estabelecer um acordo secreto que estabelecia a neutralidade da Itália no caso de um conflito franco-alemão (GIRAULT, 1997, p. 337).

Um episódio decisivo veio reforçar esse movimento de aproximação entre essas potências, a crise marroquina de 1905. Reagindo a essa situação de isolamento, os alemães fizeram uma investida diplomática para demonstrar sua preeminência na política mundial. Aproveitando a situação de fragilidade interna vivida pela Rússia por causa da derrota na Guerra Russo-Japonesa e da Revolução de 1905, e sua incapacidade de auxiliar a França militarmente, os alemães acharam que podiam forçar a França a se submeter à sua proteção e com isso retirar da Rússia e da Inglaterra qualquer posição segura na Europa ocidental (TAYLOR, 1962, p. 155).²³

Tal investida levou à crise marroquina. Ela começou pela visita do kaiser a cidade de Tânger no Marrocos. Esse país não era uma colônia formal da França, porém os franceses, nos primeiros anos do século, começaram a exercer um grande domínio econômico sobre esse país do Magreb. Portanto, a visita do kaiser visava deslocar os franceses dessa área na medida em que tal visita se combinou com a defesa por Berlim da soberania do sultão e de estabelecer a política de “porta aberta” para a região (MOMMSEN, 1985, p. 158).²⁴ Essa pressão diplomática alemã acabou levando a demissão de Delcassé.

Contudo, não contentes com essa vitória, pois Delcassé era um firme defensor de uma política filoinglesa, os alemães foram mais longe, pois entenderam isso como um sinal de fraqueza e “continuaram a exercer pressão” (BARTLETT, 1996, p. 140). Foi nesse contexto que exigiram a convocação de uma conferência que pudesse regrar os interesses franceses no Marrocos (MOMMSEN, 1985, p. 158-159), na expectativa de

²² Segundo Hobsbawm, tal entendimento era “[...] essencialmente uma negociação imperialista através da qual os franceses desistiram de reivindicar o Egito, e, em troca, a Grã-Bretanha apoiaria suas reivindicações relativas ao Marrocos [...]” (HOBSBAWM, 1988, p. 439).

²³ Girault é menos incisivo que Taylor, mas vai na mesma direção. Ele afirma que a Alemanha se aproveitou da fragilidade russa para “[...] obrigar a França, que não tinha mais o apoio do exército russo, a um regramento negociado com Alemanha, a fim de provar a futilidade do “sistema” Delcassé que depois de dois anos tentava isolar a Alemanha” (1997, p. 352).

²⁴ O Kaiser ao chegar ao Marrocos, encontrou-se com o embaixador francês, a quem disse que “a Alemanha requeria comércio livre e igual direitos no Marrocos e via o Sultão como um governante de uma país independente” (ANDREW, 1968, p. 274).

que os franceses ficariam isolados nessa conferência (ANDREW, 1968, p. 303). Todavia, na conferência de Algeciras (janeiro de 1906), foram os alemães que ficaram isolados e tiveram que recuar, pois os franceses receberam o firme apoio dos ingleses e da maioria dos países presentes à conferência. Conclui o historiador Mommsen, a propósito da crise marroquina,

em lugar de fazer saltar a *Entente Cordiale* [...] a política alemã produziu o efeito contrário transformando-a em um acordo que abarcava inclusive as questões de política européia. Pela primeira vez tiveram lugar acordos militares entre a França e a Inglaterra acerca de operações conjuntas no caso de uma guerra com as potências centrais (1985, p. 159).²⁵

Portanto, apesar dessa crise ter levado à demissão de Delcassé, ela não deixou de reforçar ainda mais o sistema de alianças que o chanceler francês vinha construindo. Em agosto de 1907, Rússia e Inglaterra, por meio dos seus ministros das relações exteriores, Edward Grey e Alexander Isvolsky, finalmente chegaram a um entendimento. Como, afirma Hobsbawm, “o implausível se tornou realidade”. Esses dois países estabeleceram um tratado em que era feita uma concessão fundamental nunca antes admitida, a aceitação por parte da Inglaterra de que a Rússia pudesse se expandir para os estreitos, mais especificamente, ter o controle sobre Constantinopla (HOBSBAWM, 1988, p. 434).

Por outro lado, o fracasso alemão em Algeciras reforçou sentimento alemão do “encercamento” (BARTLETT, 1996, p. 140), isto é, de que a Alemanha tinha em ambos os lados de sua fronteira inimigos e que estava presa numa espécie de armadilha. Portanto, a visão recorrente de que a solução para os seus problemas geopolíticos alemães residia na guerra ganhou novo fôlego.

6.

Dessa forma, tinham se constituído os dois blocos que se enfrentariam daí a poucos anos na Primeira Grande Guerra, a tríplice Entente (França, Inglaterra e Rússia) e a tríplice aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália). Diz Hobsbawm, “tais blocos, fora de uma guerra, eram novos em si mesmos e derivavam, essencialmente, do surgimento no cenário europeu de um Império Alemão unificado”, mas só se tornaram um perigo para a paz “quando as alianças opostas se consolidaram como permanentes” (1988, p. 431).

²⁵ Devemos lembrar que a *Entente Cordiale*, como foi dito, baseava-se inicialmente apenas em um acordo colonial e não tratava de questões européias.

Dessa forma, questões que tinham um claro caráter periférico para os principais integrantes desses blocos, como era o caso das disputas sobre os Bálcãs – em relação aos quais Bismarck afirmara que “não valiam os ossos de um único granadeiro pomerano” (HOBSBAWM, 1988, p. 433) – acabaram empurrando essas potências para a guerra, entre outras razões, por que a “lógica do planejamento militar conjunto que congelou os blocos” transformou esse sistema de alianças numa bomba-relógio (HOBSBAWM, 1988, p. 433), pronta para ser acionada por aquele tipo de disputas.

E tais disputas logo apareceram. Em 1908, durante a revolta dos Jovens Turcos no Império Otomano, a Áustria-Hungria aproveitou a ocasião para anexar a Bósnia-Herzegovina, a qual administrava desde 1878, o que causou sentimentos belicosos em Moscou. Nos meios nacionalistas chegou-se a se falar em ir à guerra.²⁶ Ao mesmo tempo, a crise Bósnia consolidou o afastamento definitivo entre Rússia e Áustria, mas também entre Rússia e Alemanha, que nada fez para auxiliar a primeira nessa crise.

Dois anos depois, em outubro de 1912, teria início a Primeira Guerra Balcânica. Sérvios e montenegrinos, auxiliados por búlgaros e gregos, aproveitando-se da continua fragilidade turca, entraram em guerra contra o Império Otomano, ocupando a região do Sandzak de Novi Pazar, Kosovo e Macedônia. Empurrando os otomanos quase completamente para fora de seus territórios europeus. Insatisfeita com as conquistas que obteve com guerra, a Bulgária acabou por entrar em guerra, em junho de 1913, com seus antigos aliados, Sérvia e Grécia. Por outro lado, estes últimos tiveram o apoio da Romênia. Incapaz de enfrentar tal coalizão, os búlgaros acabaram derrotados nessa Segunda Guerra Balcânica.

Essas guerras provocaram um claro fortalecimento Sérvio, já que quase dobrou de tamanho ao final delas. Algo inaceitável para Viena, que via no projeto sérvio de constituir uma *Grande Sérvia* uma ameaça a sua integridade territorial, na medida em que se esse projeto fosse bem-sucedido, a Sérvia seria um pólo de atração para os sentimentos nacionalistas de suas populações eslavas do sul. Como afirmava A. J. P. Taylor, “a monarquia habsbúrgica e o nacionalismo eram incompatíveis, nenhuma paz verdadeira era possível entre eles” (1990, p. 46).

Assim, em 28 de junho de 1914,²⁷ o arquiduque Francisco Ferdinando foi assassinado pelo jovem bósnio-sérvio, Gravilo Prinzip, quando visitava a cidade de Sarajevo. Viena tinha encontrado seu *casus belli*. Podia agora tentar resolver de vez o problema sérvio. Assim sendo, os austríacos responsabilizaram o governo de Belgrado pelo atentado, fazendo um conjunto de exigências em dez pontos. O único ponto que

²⁶ A anexação da Bósnia-Herzegovina foi considerada um “Tsushima diplomático” (FIGES, 1999, p. 324). A propósito, Tsushima é o nome da principal batalha perdida pelos russos na Guerra Russo-Japonesa.

²⁷ Essa data era uma data nacional sérvia, pois nesse dia comemorava-se a batalha de Kosovo, quando esse povo perdeu para os turcos sua independência.

não foi aceito pela Sérvia era o que exigia que a investigação em território sérvio fosse conduzida pelas autoridades imperiais em pessoa, o qual, se aceito, significaria a perda da soberania sérvia. Diante da negação de Belgrado, a Áustria declarou guerra à Servia no dia 28 de julho, levando a Rússia, no dia seguinte, a fazer uma mobilização parcial. No dia 30, a Alemanha exigiu que os russos voltassem atrás em sua mobilização. Contudo, a Rússia passou a mobilização geral e, no dia primeiro de agosto, os alemães declararam guerra ao estado czarista. Tinha começado a Primeira Grande Guerra.

Referências

- AFFLEBARCH, Holger. Congress of Berlin. In: MERRIMAN, John; WINTER, Jay (Ed.). **Europe 1789 to 1914**. Encyclopedia of the Age of Industry and Empire. Londres: Thomson/Gale, 2006.
- ANDREW, Christopher. **Théophile Delcassé and the making of the entente cordiale**. A reappraisal of the French foreign policy 1898-1905. Londres: Palgrave Mcmillan, 1968.
- BARTLETT, C. J. **Peace, war and the european powers, 1814-1914**. New York: St. Martin's Press, 1996.
- BERGERON, Louis et alli. **La epoca de las revoluciones europeas, 1780-1848**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1976.
- BERGHAWN, V. R. **Germany and the approach of war in 1914**. New York: Saint Martin's Press, 1973.
- BLACKBOURN, David. **The long nineteenth century: A History of Germany, 1780-1918**. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- CLARK, Christopher. **Kaiser Wilhelm II, a life in power**. Londres: Penguin Books, 2009.
- _____. **Iron Kingdom**. The Rise and Downfall of Prussia, 1600–1947. Londres: Penguin Books, 2007.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FIGES, Orlando. **A tragédia de um povo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- HALL, Richard c. **The Balkan wars 1912–1913**. Prelude to the first world war. Londres: Routledge, 2000.
- HOBBSAWM, Erich J. **A era dos impérios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **J. A era do capital 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HODGE, Carl Cavanagh. Introduction. In: HODGE, Carl Cavanagh (Ed.). **Encyclopedia of the age of imperialism, 1800–1914**. Westport: Greenwood Press, 2008.
- HOWARD, Michael. **Primeira Guerra Mundial**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

- GIRAULT, René. **Diplomatie européenne, nations et imperialismes (1871-1914)**. Paris: Payot, 1997.
- KANN, Robert A. **A history of the Habsburg Empire 1526-1918**. Berkeley: University of California Press, 1974.
- KOCH, H. W. **A history of Prussia**. New York: Dorset Press, 1978.
- LERMAN, Katharine Anne. Bismarck Germany. In: RETALLACK, James. **Imperial Germany: 1871-1918**. Londres: Oxford University Press, 2008.
- MILZA, Pierre. **Napoléon III**. Paris: Perrin/Tempus, 2006.
- MOMMSEN, Wolfgang J. **A Europa del imperialismo**. 12. ed. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1985.
- RUHLMANN, Jean. **Histoire de l'Europe au XXe siècle 1900-1918**. Bruxelas: Éditions Complexe, 1994.
- SCHOWALTER, Dennis. Concert of Europe. In: MERRIMAN, John; WINTER, Jay (Ed.). **Europe 1789 to 1914**. Encyclopedia of the Age of Industry and Empire. Londres: Thomson/Gale, 2006.
- TAYLOR, A. J. P. **The Habsburg monarchy 1809-1918**. Londres: Penguin Books, 1990.
- _____. **Bismarck, the man and the statesman**. Nova York: Vintage Books, 1967.
- _____. **The course of German history**. New York: Capricorn Books, 1962.
- _____. **The struggle for mastery in Europe 1848-1918**. Oxford: Oxford University Press, 1971.